



1. GESTÃO EDUCACIONAL: UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICO-FILOSÓFICA.

BRENO ROCHA SOARES JÚNIOR

2. EPÍGRAFE

“O homem livre não deve ser obrigado a aprender como se fosse escravo. Os exercícios físicos, quando praticados à força, não causam dano ao corpo, mas as lições que se fazem entrar à força na alma, nela não permanecerão.” (Platão, 1997)

3. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico, foi Émile Durkheim quem conceituou a Educação como “*a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social*” (Durkheim, 1973), dando a essa o status de um *processo*¹ social; intencional e articulado: isto é, um “*ato essencialmente político*” (cf. Gadotti, 2005; p. 78).

Entretanto, a percepção do caráter político da Educação, bem como a conseqüente preocupação política com a “preparação social das gerações futuras” não é, absolutamente, um fenômeno “moderno”. Sócrates, o filósofo grego de primeira grandeza, na busca da construção ideal de uma sociedade justa, estabelece a Educação como principal estratégia de consecução dessa meta. “*Ora, vamos lá! Eduquemos estes homens...*” (cf. Platão, 2002; p. 65) exclama o filósofo enquanto dá início ao debate de um sistemático planejamento educacional público...

Com efeito, o entendimento da necessidade de um direcionamento político da Educação em função das demandas sociais é tão antigo (do ponto de vista histórico) quanto

¹ Processo aqui entendido como “sucessão de estados ou de mudanças; modo por que se realiza ou executa uma coisa; método, técnica (cf. Holanda, 2004; p.655)



fundamental (do ponto de vista da imprescindibilidade), de modo que, se esboçarmos a genealogia desse entendimento, certamente encontraremos a imbricação entre as ações sociais oriundas de tal entendimento e o próprio desenvolvimento humano e social. De fato, não desenvolvemos ainda a sociedade idealisticamente justa, como propôs Sócrates; entretantes, a trajetória humana entre a caverna e o espaço sideral, entre o acampamento na savana e a estação espacial, só foi possível devido a “ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social” (Durkheim, up. cit.); ou seja, só foi possível devido à “Gestão Educacional” efetuada pela sociedade.

Destarte, embora o conceito de Administração Científica tenha surgido apenas no início século XX (*The Principles of Scientific Management; Taylor; 1911*. cf. Chiavenato, 2004) e, assim, consequentemente, também o conceito científico de Gestão, o fundamento taylorista para a Administração Científica: “A improvisação cedendo lugar ao planejamento e o empirismo à ciência” (cf. Chiavenato, 2004), desde que se adéque historicamente o significado da palavra “ciência”, pode ser facilmente encontrado, por exemplo, ao longo do discurso da obra supracitada de Platão ou nas linhas de “O Príncipe”, de Nicolau Machiavel². Naquela obra, apenas para exemplificar o exposto, versa o pensador florentino:

“Quando se conquista um Estado acostumado a viver em liberdade, e regido por suas próprias leis, há três maneiras de mantê-lo: o primeiro consiste em arruiná-lo; o segundo, em ir nele habitar; o terceiro, em permitir-lhe continuar vivendo com suas próprias leis, impondo-lhe um tributo, e organizando ali um governo composto de poucas pessoas, que possam ser mantidas amigas. Como tal governo, criado pelo soberano, sabe que não poderá existir sem sua amizade e proteção, fará tudo ao seu alcance para mantê-las. Mais ainda: a cidade habituada à liberdade pode ser dominada mais facilmente por meio dos seus cidadãos do que de qualquer outra forma, desde que se queira preservá-la” (Machiavel, 2002; p. 47).

Se o fragmento acima pode traduzir-se num excelente exemplo de orientações gerais (“consultoria”) visando instrumentar o *planejamento* de governo do “Príncipe”, então, como

² Eis um motivo pelo qual a obra de Maquiavel é presença constante na biblioteca dos mais modernos e engenhosos administradores.



não reconhecer a análise das gestões político/administrativas de diversos governantes, que compõem o arcabouço da obra em questão na qualidade de referenciais positivos e/ou negativos de gestão, como um dos germens dos modernos e tão celebrados “Estudos de Caso”? Planejamento ao invés de improvisação e análise crítica ao invés empirismo encontram-se, assim, também contemplados no “manual de gestão político-administrativa” elaborado pelo imortal filósofo florentino.

A percepção dessa realidade, ou seja, de que os fundamentos da administração científica não são invenções ou descobertas do mundo moderno, muito provavelmente é o motivo pelo qual, “segundo o próprio Taylor, o *Scientific Management* (Administração Científica) é uma evolução e não uma teoria” (cf. Chiavenato, 2004). Isto é, a Administração Científica seria, para o seu próprio criador, a “evolução” de uma prática que já vinha sendo adotada historicamente; e assim, por conseguinte, também o exercício da gestão.

4. ANALISANDO A EVOLUÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL

Academicamente, como vimos acima, os processos de gestão assumiram *status* científicos no início do século XX, após a publicação dos estudos e postulados de Taylor. Neste momento, a Sociedade Industrial formaliza sua hegemonia ideológica. É a partir dessa época, também, que os paradigmas administrativos intensificam uma sofisticada evolução.

Estudiosos da Administração como, por exemplo, Idalberto Chiavenato, encontram (e apresentam) “antecedentes históricos da administração” desde Sócrates, Platão e Aristóteles (corroborando o que esboçamos na introdução deste trabalho) – influências filosóficas –, atravessando os séculos através das organizações religiosas e militares, donde se herdou a prática e o conceito de “organização” e de “*staff*” (cf. Chiavenato, 2004). É este mesmo Chiavenato, entretanto, que segmenta academicamente o desenvolvimento da teoria administrativa em três distintos períodos de sua trajetória: “o período cartesiano e newtoniano”, o “período sistêmico” e “o período atual” (*idem*, p. 560); e, ao assim fazê-lo,



adota como referência – tomando-a por marco para o primeiro período – os estudos e postulados de Taylor.

Dessa forma, o período cartesiano e newtoniano se define como:

“criação das bases teóricas da Administração iniciada por Taylor e Fayol envolvendo principalmente a Administração Científica, a Teoria Clássica e a Neoclássica. A influência predominante foi a física tradicional de Isaac Newton e a metodologia científica de René Descartes. Foi um período que se iniciou no começo do século XX até a década de 1960, aproximadamente, e no qual *pensamento linear e lógico predominou na teoria administrativa.*” (Idem, *ibidem*)

O período “sistêmico”:

“aconteceu com a influência da teoria de sistemas que substituiu o reducionismo, o pensamento analítico e o mecânico pelo expansionismo, pensamento sintético e teleologia, respectivamente a partir da década de 1960. A abordagem sistêmica trouxe uma nova concepção de Administração e *a busca do equilíbrio na dinâmica organizacional em sua interação com o ambiente externo.* (Idem, *ibidem*) (todos os grifos meus)

Enquanto “o período atual está acontecendo graças à profunda influência das teorias do caos³ e da complexidade na teoria administrativa” (Idem, *ibidem*).

Foi outro filósofo, Karl Marx, quem nos revelou: “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção” (Marx, Engels, 2001; p. 48), isto é, sem revolucionar as organizações. Assim, na medida em que transitava pelas evoluções acima discutidas, a teoria administrativa provocou reajustes e adequações.

Isto posto, cada teoria acima apresentada, representa, também, o panorama político-ideológico de uma época do desenvolvimento sócio-cultural; o qual, por sua vez, se faz repercutir numa maneira própria – também evolutiva – de Gestão.

³ Teoria do caos é a teoria que explica o funcionamento de sistemas complexos e dinâmicos. Para a Física e a Matemática, em sistemas dinâmicos complexos, determinados resultados podem ser “instáveis” no que diz respeito à evolução temporal como função de seus parâmetros e variáveis. Isso significa que certos resultados determinados são causados pela ação e a interação de elementos de forma praticamente aleatória.



CONCLUSÃO

Finalmente, aplicando os conteúdos ora estudados e as reflexões discorridas ao longo deste trabalho com pertinência à Gestão Educacional, podemos então concluir:

- a) A gestão Educacional é uma modalidade do conhecimento que vem sendo praticada, de maneira sistemática, ao longo do próprio desenvolvimento da sociedade humana, se relacionando, inclusive, de forma dialética, como causa-consequência desse desenvolvimento;
- b) Com o advento da Sociedade Industrial e da conseqüente ideologia que hegemonizou essa sociedade, a escola assumiu características de organização empresarial, passando a ser administrada em consonância com os modelos vigentes para as empresas;
- c) Com a evolução desses modelos, determinou-se, conseqüentemente, a evolução do modelo de Gestão Educacional e escolar;
- d) Estruturas de gestão educacional e escolar atreladas ao modelo “mecanístico”, como a denominada de “modelo estático”, graças à evolução acima referida, cedem lugar a estruturas de gestão atreladas ao “modelo orgânico” de gestão (modelo dinâmico);
- e) Conselhos escolares, Projetos Político-pedagógicos, reunião de pais e mestres, entre outros, são exemplos de ferramentas de implantação do “modelo orgânico” de gestão escolar, assim como legislações oriundas de debates populares, de setores profissionais, de simpósios e de estudos acadêmicos são exemplos de ferramentas de implantação e fundamentação do “modelo orgânico” de gestão educacional;



- f) O atrelamento cultural de alguns segmentos (tais como colégios militares e de ordens religiosas) se configuram em “ilhas de resistências” para universalização organizacional da mudança de paradigmas de gestão;
- g) A compreensão do aluno como “cliente” (ao invés de “discípulo”), associada à política de “Qualidade Total” reforçam o entendimento da consecução de uma educação de qualidade, por parte daquele, como “meta” a ser atingida pela organização escolar, repercutindo na redefinição do objetivo desta e trazendo o aluno para o foco da ação escolar - invés do processo, como era antes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADORNO, Teodor W. Indústria cultural e sociedade. Paz e Terra. Coleção Leitura. São Paulo. 2002.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 7ª Edição. 12ª
3. _____. Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 6ª Tiragem. Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro. 2004.
4. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Edições Melhoramentos, 9ª Edição, São Paulo, 1973.
5. GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. 14ª Edição. Cortez Editora. São Paulo. 2005.
6. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.; coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira [et al.] 6ª Ed. Ver. atualiz. Positivo. Curitiba, 2004.
7. MACHIAVEL, Nicolau. O príncipe. Martin Claret. São Paulo. 2002.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. . Martin Claret. São Paulo. 2001.
9. PLATÃO, A República. Martin Claret. São Paulo. 2002.